

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**16**  
**Maio**  
2017



# CLIP PING

TJ  
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

SITE FORA DO AR

# Ciberataques: Tribunal de Justiça suspende prazos processuais

SIMON DAWSON/BLOOMBERG/AG



Quando o computador é infectado pelo vírus, uma mensagem aparece na tela, pedindo resgate pelos dados

## Onda de invasões afeta sistemas e serviços on-line no Espírito Santo

◀ O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou que suspendeu os prazos processuais da última sexta-feira e de ontem após o site ter sido desativado como forma de prevenção à onda de ciberataques que afetou sistemas de mais de 150 países.

A página amanheceu fora do ar ontem, mas voltou a funcionar no final da manhã. Entretanto, os serviços que dependem de e-mail, como a ouvidoria, seguem suspensos.

No site, o diário e a consulta processual voltaram a funcionar. Mas, interna-

mente, os servidores seguem sem serviço de correio eletrônico.

Empresas de mais de 150 países, incluindo o Brasil, foram alvos de ciberataques em "larga escala", segundo a empresa de segurança russa Kaspersky Lab. Os ataques afetaram hospitais públicos na Inglaterra e outros sistemas ao redor do mundo.

No Espírito Santo, além do TJ-ES, o Ministério Público estadual (MPES) e a Prefeitura de Vila Velha tiraram seus sites do ar como medida preventiva de segurança. Ontem, os sites do MPES e da Prefeitura de Vila Velha já estavam funcionando normalmente.

## AFETADOS

# 150

países

É o número de nações atingidas pelo ciberataque desde sexta-feira.

## RECUPERAÇÃO

A maioria das redes brasileiras afetadas pelo ataque da última semana voltou a operar normalmente ontem. Apenas o Ministério do Trabalho continua com os sistemas desligados. A instituição afirma que todos os sistemas foram desligados de maneira preventiva e estão à es-

pera de liberação dos órgãos de informática.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) afirma ter normalizado a operação. Contudo, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o sistema do INSS está sendo reiniciado aos poucos. A Petrobras diz que está verificando os computadores.

Já o Itamaraty, o Tribunal de Justiça de São Paulo e Ministério Público de São Paulo afirmam estar com os sistemas normalizados. A Telefônica/Vivo negou qualquer problema nos servidores. (Com informações de Naiara Arpini/G1 ES)

## Ataque já atingiu 300 mil computadores

◀ O ataque cibernético que assustou o mundo já atingiu 300 mil computadores, uma verdadeira bomba à espera no e-mail. Basta um clique e o vírus se apropria dos arquivos.

Mais de 40 mil pessoas na Ásia toparam com a tela vermelha ontem, ao ligar o computador. O WannaCry, "vontade de chorar", em português, se aproveitou de uma falha no Windows para se espalhar por mais de 150 países.

A Europol disse que a situação parece estável na Europa. A agência europeia de policiamento

afirmou que técnicos em segurança da internet atualizaram o sistema, mas isso não significa que outro ataque não volte a acontecer.

A Microsoft resolveu a falha no sistema em março, só que muitos usuários não tinham atualizado a versão. A empresa declarou que o ciberataque foi um alerta para governos acordarem: a tecnologia desse vírus foi desenvolvida pela NSA, a Agência de Segurança Americana. O presidente russo Vladimir Putin concordou e quase fez coro com a Microsoft. É como se mísseis caíssem nas mãos erradas.

## E-mails desconhecidos oferecem muito risco

◀ Segundo o consultor e pesquisador da área de Segurança Digital e Computação Forense Gilberto Sudré, uma das dicas para evitar os ataques é manter o sistema e os aplicativos sempre atualizados, além de ter um antivírus. "É bom destacar que nenhum antivírus é 100% seguro. Para esse tipo de vírus, a melhor forma de se precaver para não perder os dados é você ter uma backup atualizado dos seus dados", comenta o especialista.

Um outro erro que mui-

ta gente comete é clicar links de emails recebidos de qualquer pessoa, sem saber a procedência.

Aquelas mensagens com comprovantes de depósito, currículos, boletins bancário, intimações e comprovantes de pagamento, que você recebe no endereço eletrônico sem conhecer o destinatário, podem ser porta de entrada para a ação dos hackers. Pendrives e HDs externos também podem ser contaminados quando são usados em vários computadores. (Caíque Verli)

## ENTENDA OS CIBERATAQUES

### Qual a origem desse ataque mundial?

Toda essa confusão começou em março deste ano, quando houve um vazamento de documentos da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos através do Wikileaks. Um deles relatava sobre uma vulnerabilidade grave no Windows.

### O que a Microsoft fez?

A falha de segurança foi

corrigida no dia 14 de março.

### Quem ficou vulnerável?

Aqueles computadores que tiveram o seu sistema atualizado a partir de março, não estavam vulneráveis. Já aqueles que não atualizaram, ficaram expostos à ação do vírus de resgate.

### O vírus só ataca o sistema Windows?



O vírus só funciona em Windows.

### Como são os ataques

O vírus de resgate, chamado Ransomware, embaralha os arquivos do computador, impedindo seu funcionamento normal. Para recuperar os arquivos e o funcionamento do sistema, ele pede uma espécie de resgate que deve ser pago pela criptomoeda anônima

Bitcoin. O valor cobrado é de US\$ 300 e US\$ 600 em bitcoins.

### Quais foram os principais alvos do ataque?

A ação dos ciberataques é focada em grandes corporações e em instituições e não em pessoas físicas, mas computadores pessoais com Windows não atualizados também podem ser infectados.

## **Ciberataques motivam queda dos sites do Ministério Público e Tribunal de Justiça no ES**

Órgãos disseram que retirada das páginas do ar foi por precaução após ataques ocorrerem em ao menos 74 países, com 'vírus de resgate' que exige dinheiro

**Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:**

**<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/v/ciberataques-motivam-queda-dos-sites-do-ministerio-publico-e-tribunal-de-justica-no-es/5866133/>**

16/05/2017

Após ataque cibernético sites do judiciário são tirados do ar no ES

APÓS ATAQUE CIBERNÉTICO

## Após ataque cibernético sites do judiciário são tirados do ar no ES

15/05/2017 às 11:42 - Atualizado em 15/05/2017 às 11:42

Após ataque cibernético que atinge computadores de todo o mundo, desde o final da semana passada, os sites da prefeitura de Vila Velha, Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) foram retirados do ar na última sexta-feira (12). Os portais só voltaram a funcionar na manhã desta segunda-feira (15).

Segundo autoridades europeias, o ataque foi cometido por criminosos e não por terroristas. Eles se aproveitaram de uma falha no sistema Windows, que foi consertado em março deste ano. Quem não atualizou o Windows ficou vulnerável e acabou sendo atingido.

O vírus 'embaralha' os arquivos do computador e pede que seja feito um pagamento para restaurar os arquivos e recuperar o sistema.

PUBLICIDADE

### Campanha com fotos e vídeos para incentivar adoção de 140 no Estado

O Poder Judiciário do Espírito Santo lançou a campanha "Esperando por Você" com o intuito de estimular a adoção tardia. A campanha dá voz às crianças e adolescentes que aparecem em fotos e vídeos expressando suas personalidades. O conteúdo está disponível no site [www.tjes.jus.br/esperandoporvoce](http://www.tjes.jus.br/esperandoporvoce).

No Estado existem 855 casais em busca de um filho e 140 meninos e meninas esperando pela adoção. A campanha foi inspirada nos casos de sucessos obtidos nos Estados Unidos, Rússia e em outros estados brasileiros.



TRIBUNAL de Justiça: voz a crianças e adolescentes

### Tribunal suspende prazos após ciberataque

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo manteve ontem a decisão de suspender prazos e atos processuais por causa do ataque cibernético que atingiu mais de 150 países na última sexta.

Na data, o site do TJ foi tirado do ar por motivos de segurança. O bloqueio da comunicação via internet foi uma iniciativa para resguardar a integridade da infraestrutura de dados do Poder Judiciário.

## Campanha para incentivar adoção tardia

O Poder Judiciário do Espírito Santo lançou a campanha “Esperando por Você” com o intuito de estimular a adoção tardia. A campanha dá voz às crianças e adolescentes que aparecem em fotos e vídeos expressando suas personalidades. O conteúdo completo está disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES).



Esperando  
por Você

"O Kauan é um menino de 6 anos com uma vitalidade enorme e muita alegria. Está sempre disposto a conversar com as pessoas e saber como elas estão. Ele é interação o tempo todo."

Eduvânia Pilon - Psicóloga

Foto: Divulgação/TJES

No Estado existem 855 casais em busca de um filho e 140 meninos e meninas esperando pela adoção. A campanha foi inspirada nos casos de sucessos obtidos nos Estados Unidos, Rússia e em outros estados brasileiros.



Esperando  
por Você

"Eu sou o terceiro melhor aluno da minha escola. Adoro ciências. Eu queria uma família para dar amor, carinho e respeito."

Thalisson, 11 anos

Foto: Divulgação/TJES

# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | [plenario@redetribuna.com.br](mailto:plenario@redetribuna.com.br)

## “Esperando por você”

O Poder Judiciário do Estado lançou, na última sexta-feira no Shopping Moxuara, em Cariacica, a campanha “Esperando por Você”.

O intuito é estimular a adoção tardia e, para isso, a campanha dá voz a crianças e adolescentes que estão prontos para serem acolhidos em um lar. Há 140 meninos e meninas à espera.

A exposição será itinerante e deve percorrer outros shoppings de Vila Velha e da Serra.

## Adoção tardia: tribunais dão visibilidade a criança e adolescente

O menino Thalisson, de 11 anos, que vive em um abrigo no Espírito Santo, interrompe a brincadeira, olha para a câmera e, sem hesitar, faz um pedido: “Eu queria ter uma família, ser adotado, dar amor, carinho e respeito. Você quer ser minha família?”.

O vídeo faz parte da campanha “Esperando por você” do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Será divulgado a partir de sexta-feira em diversos shoppings da região metropolitana de Vitória, dentro de uma estratégia de comunicação que envolve a produção de outros 20 vídeos pela justiça para estimular a adoção de crianças.

Ações como essa eram impensáveis até poucos anos atrás, já que a exposição dessas crianças na sociedade sempre foi considerada um tabu. Agora, é uma iniciativa cada vez mais presente na Justiça de todo país. Com isso, houve resultados significativos para inserir em uma família aquelas crianças que não tinham perspectiva alguma de serem adotadas, em geral pela idade avançada ou por terem alguma deficiência.

Diversos Tribunais de Justiça (TJs) como os dos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rondônia, Santa Catarina, dentre outros, aderiram a ideia de que crianças e adolescentes devem ser mostrados e podem atuar na tentativa da própria adoção. O caso pioneiro e responsável por inspirar os demais ocorreu em 2015, quando os jogadores do Sport Club do Recife, time de futebol da capital pernambucana, entraram em campo para a partida contra o Flamengo de mãos dadas com crianças que vivem em abrigos em Recife à espera de adoção.

A ação, que também contou com exibição de um vídeo das crianças na Arena Pernambuco antes do jogo, fez parte da campanha “Adote um pequeno torcedor”, desenvolvida por meio de uma parceria entre a 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, o time Sport Club e o Ministério Público de Pernambuco. As crianças e adolescentes se apresentavam, em vídeo, e contavam um pouco de sua vida, seus gostos e seu sonho de ter uma família.

Como resultado, no dia seguinte ao jogo a Vara de Infância e Juventude de Recife, o juiz Élio Braz, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude da capital pernambucana, que organizou a campanha, recebeu dezenas de ligações de famílias de diversas regiões do país interessadas em adotar aqueles jovens. Como resultado, foram adotados 20 dos 43 adolescentes que participaram da campanha.

Esse é meu filho!

Willian, um dos adolescentes, foi adotado por uma família de Belo Horizonte (MG) aos 18 anos – a mãe relatou ao juiz Élio que, após ver a imagem do garoto na televisão, teve a certeza: esse é meu filho!

“A campanha ensinou que os jovens precisam ser protagonistas no processo de adoção, precisam ter voz, como determina o artigo 100 do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O jovem em abrigo não precisa ficar escondido, não cometeu nenhum delito, não está cumprindo pena”, disse o juiz Élio. Para ele, como a responsabilidade sobre esses jovens é de toda a sociedade, e o juiz tem a obrigação de mostrar essa realidade para a população.

**Para acessar a matéria, clique no link abaixo:**

**<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84763-adocao-tardia-tribunais-dao-visibilidade-a-crianca-e-adolescente>**



Joelma diz não ter medo de ser traída > AT2



150 novas igrejas até o fim do ano na Grande Vitória > 11



"Quero que encontrem quem fez isso comigo" > 15

# a TRIBUNA

R\$ 2,00

ASSINE  
3323-6333

VITÓRIA-ES | TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2017 | ANO LXXVIII | Nº 25.993 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 56 PAGINAS

## Cinquenta mil consumidores ganham indenizações na Justiça



Boa aparência define contratação, dizem especialistas > 21

São ações contra bancos, operadoras de cartões de crédito, planos de saúde, empresas de telefonia, entre outras. Dependendo da gravidade, a indenização chega a R\$ 37.480. > 2 e 3

DANIELA MORAIS mostra, durante circulação com médicos, que Thais e Karol estariam livre-vestidas para entrevista de emprego, ao contrário do Sarah



ELIANE CANTANHEDE  
Pré-candidatos ao Planalto já estão saindo da trilha para testar possibilidades e buscar apoios. > 29

Concurso nos Correios com salário de até 4.903 reais > 26



Sai licença para duplicar a BR-262

Trecho vai ser de Viana até Victor Hugo, em Marechal Floriano > 23

Deputada justifica falta em sessão na Assembleia e viaja a passeio para o Caribe > 31

DIREITO DO CONSUMIDOR

# Cinquenta mil ganham indenizações na Justiça

Esse é o total de consumidores que entraram com ações por danos materiais e morais e conseguiram reparação financeira

Eliane Proscholdt  
Francine Spinassé

**B**uscando os seus direitos, 50 mil consumidores ingressaram com ações na Justiça e ganharam indenizações por danos morais e materiais.

As ações são contra bancos, financeiras, operadoras de cartões de crédito, planos de saúde, operadoras de telefonia, companhias aéreas, e outras empresas, inclusive as que prestam serviço público.

O juiz Paulo Abiguenem Abib, do 4º Juizado Cível de Vitória, destacou que essa quantidade refere-se às ações julgadas de 2015 até ontem, pelos Juizados Especiais da Grande Vitória e até mesmo pelo Colegiado Recursal.

Ao citar exemplos, Paulo Abiguenem disse que estão os casos de negativação indevida, fraude, co-

indenização vai depender da gravidade do fato, podendo chegar a 40 salários mínimos (R\$ 37.480). Entretanto, os valores mais recorrentes variam de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil.

"Percebo que as empresas não estão muito preocupadas na melhoria da qualidade dos serviços. As empresas apostam que sai mais barato pagar uma indenização judicial do que investir em tecnologia, em serviços de qualidade."

Pela percepção do magistrado, o período de crise econômica contribuiu para o aumento de demandas na esfera judicial. "Em virtude do momento econômico, os consumidores estão procurando mais à Justiça em busca dos seus direitos e em busca de negociar o débito."

Paulo Abiguenem observou que das ações ajuizadas, cerca de 20% a 30% são indeferidas.

"Nem sempre essas pessoas conseguem fazer prova do que estão falando. É preciso juntar comprovantes, como protocolos de atendimento, boletos de cobranças, contratos, por exemplo", explicou.

A advogada Kelly Andrade contou que tem vários casos de clientes que foram desrespeitados e ganharam indenizações. Outros se



DAYANA SOUZA/AT

DIREITOS

Vitória em ações

Sentindo-se lesado por duas vezes, o autônomo Marcos Roney França Cordeiro, de 48 anos, recorreu à Justiça.

No primeiro caso ele ganhou uma indenização de R\$ 5,8 mil após se acidentar em uma loja de departamento de um shopping, cortar o braço e não ter recebido atenção da gerente.

Na segunda vez ele teve problema com um celular que apresentou defeito após a compra e a autorização não resolveu. Ele ganhou R\$ 1,8 mil de indenização.

"O consumidor deve buscar os seus direitos. Não é pelo valor da indenização, mas isso faz com que o fornecedor do serviço repense os seus atos."

brança indevida e excessiva, falha na prestação de serviços, negativas de cobertura de planos de saúde, defeitos de produtos, entre outros. O magistrado disse que o valor da

preparam para ingressar na Justiça, entre os quais uma pessoa que está recebendo mensagens de um banco pelo Facebook, fazendo sendo cobranças indevidas.

## Ação de até 20 salários sem advogado

Se o valor da causa for de até 20 salários mínimos (R\$ 18.740) não é necessário ter advogado para entrar com uma ação na Justiça. É o que afirmou o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado, Pedro Paulo Coelho.

Ele explicou que para os casos em que o valor é superior a isso, mas o consumidor não tiver condições de constituir um advogado, ainda é possível buscar a ajuda da



PEDRO Paulo Coelho: valores

Defensoria Pública, por meio de um dos seus núcleos.

O titular do 4º Juizado Cível de Vitória, juiz Paulo Abiguenem Abib, disse que o consumidor pode ajuizar a ação antes mesmo de fazer a sua reclamação na esfera administrativa. "A maioria dos funcionários das empresas não resolve, não dá uma resposta satisfatória para o consumidor. Tem muita funcionário despreparado."

OUTROS CASOS

Cobrança indevida

Depois de quitar antecipadamente uma moto que havia sido financiada, uma copeira continuou recebendo cobranças, classificadas como abusivas, inclusive fora do horário comercial, segundo a sua advogada Kelly Andrade.

Ela foi indenizada com R\$ 8 mil por dano moral e o ressarcimento em dobro do que estava sendo cobrado, ou seja, R\$ 1,1 mil (o valor cobrado era de R\$ 550).

Depósito

Um cheque foi depositado por um fornecedor de serviço de ar-condicionado antes da data e como o saldo era insuficiente, o cheque voltou.

A responsável pela conta o pediu para ir ao banco pegar a folha do talão, mas ele esqueceu. Passado um tempo, ela descobriu que o banco havia repassado o seu cheque para uma terceira pessoa, que começou a ligar fazendo a cobrança. Revoltada, ela entrou com uma ação na Justiça e recebeu R\$ 5 mil.

Constrangimento

Ao buscar atendimento para o filho de 8 anos, a dona de casa Josiene Paiva, 37, foi surpreendida com a informação de que o plano de saúde estava cancelado por falta de pagamento.

Mesmo buscando a operadora de várias formas e comprovar que as faturas estavam pagas, eles diziam não poder fazer nada. A dona de casa acionou a Justiça e ganhou indenização de R\$ 8 mil. "Foi constrangedor."

Envergonhada

Uma auxiliar de serviços gerais financiou uma geladeira, quitou o débito, mas passou sufoco ao tentar fazer nova compra. Ela estava na loja esperando para que o seu crédito fosse aprovado, quando foi comunicada que não seria possível, pois o seu nome estava negativado.

Envergonhada, ela saiu da loja, pegou os comprovantes de pagamentos e entrou na Justiça, ganhando R\$ 3 mil de indenização.

ONDE BUSCAR AJUDA

## Atendimento de segunda a sexta-feira

Juizados Especiais

AÇÕES ATÉ 20 SALÁRIOS

> PARA ENTRAR com uma ação em um dos juizados especiais cíveis do Estado é preciso apresentar documentação pessoal, comprovante de residência e documentos que comprovem os danos.

> PARA AS CAUSAS com pedidos de indenizações com valores de até 20 salários mínimos (R\$ 18.740) não é necessário constituir advogado.

AÇÕES ENTRE 20 E 40 SALÁRIOS

> PARA AS CAUSAS entre 20 (R\$ 18.740) e 40 salários (R\$ 37.480) a parte deve arcar com as custas de um advogado. Acima de ações de até 40 salários, é preciso buscar a Jus-

tiça comum, com um advogado.

CENTRAL DE ABERTURA

> NA CAPITAL, a Central de Abertura de Processos dos Juizados Especiais é responsável pelo recebimen-



JUSTIÇA: ações com advogado

to e distribuição das ações. Ela funciona na rua juiz Alexandre Martins Castro Filho, nº 130, Bairro Santa Luzia. O funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 18 horas.

Defensoria Pública

> QUEM NÃO TEM condições de contratar um advogado, pode buscar o serviço em um dos núcleos da Defensoria Pública. Para isso é preciso levar comprovante de renda e carteira de trabalho além de documentos de identificação.

> ENDEREÇO: em Vitória, informações podem ser dadas no Núcleo de Atendimento Cível de Vitória, na rua Marília de Rezende Scarton Coutinho, no. 194, Enseada do Suá.

DIREITO DO CONSUMIDOR

# Bancos campeões de reclamações, diz CNJ

Entre as ações de consumidores que chegam à Justiça, o setor bancário liderou as queixas em 2016. O levantamento inédito foi feito pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Do total de ações na Justiça na área de Direito do Consumidor, as reclamações referentes a instituições financeiras representaram 39%. E as queixas só aumentaram

nos últimos anos no Judiciário: de 2014 para 2016, houve alta de 10 pontos percentuais no número de processos envolvendo bancos.

Ao mesmo tempo em que houve aumento de reclamações, segundo o CNJ também foi registrada alta de clientes nos bancos.

Dados do Banco Mundial apontam que, entre 2011 e 2014, o percentual da população adulta que possuía conta em banco cresceu de 56% para 68%, índice que é superior à média dos países da América Latina.

O levantamento do CNJ apontou que, além dos bancos, as empresas de telefonia e prestadoras de planos de saúde foram os principais segmentos acionados na Justiça em processos de relações de consumo, com 18% e 8% do total de ações, respectivamente.

A indenização por dano moral foi o tipo de providência mais exigido nessas causas, tendo sido o objeto de 67% das demandas.

O juiz Paulo Abiguenem Abib, do 4º Juizado Cível de Vitória, salientou que bancos e operadores de telefonia têm mais ações ajuizadas.



**PAULO** Abiguenem Abib disse que bancos e operadores de telefonia têm mais ações ajuizadas

OS NÚMEROS

**67%** das ações em 2016 resultaram em indenização por danos morais

**39%** dos processos em contratos de consumo são contra bancos

**18%** são contra empresas de telefonia

**BANCOS**

Com relação aos dados de judicialização no setor, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que a prestação de serviços com qualidade é preocupação central dos bancos brasileiros.

A instituição disse que os expressivos esforços no aperfeiçoamento dos canais de atendimento (SAC e

ouvidoria), além do Sistema de Autorregulação Bancária e do Conte Aqui, estão entre os exemplos de iniciativas nesse sentido.

A federação disse que, nos últimos anos, os bancos também fortaleceram seus canais para tratativas pré-processuais, com redução de 4,7% no volume de ações cíveis na comparação com 2015.

“A Febraban entende que muitos dos processos judiciais existentes hoje contra as instituições financeiras poderiam ser rapidamente resolvidos por meio de soluções alternativas extrajudiciais. A entidade e seus bancos associados apoiam toda iniciativa que tem como pano de fundo a desjudicialização”, disse a instituição.

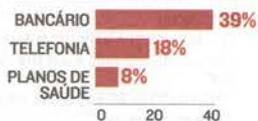
ENTENDA

**Levantamento**

O DEPARTAMENTO de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez levantamento inédito que apontou que 13% dos processos que chegaram à Justiça no País em 2016 são referentes ao Direito do Consumidor.

## Ações na Justiça relacionadas a Direito do Consumidor

CONTRATOS DE CONSUMO



SETOR	%
Fornecimento de energia elétrica	7%
Financiamento de produto	5%
Seguro	5%
Cartão de crédito	4%
Transporte aéreo	4%
Fornecimento de água	3%
Estabelecimentos de ensino	2%
Consórcio	1%
Outros	2%

**Resultados**

A RECLAMAÇÃO envolvendo instituições financeiras representou 39% do total de assuntos em ações judiciais apresentadas em 2016 no campo do Direito do Consumidor.

ALÉM DOS BANCOS, as empresas de telefonia e prestadoras de planos de saúde foram os principais segmentos acionados na Justiça em processos de relações de consumo, com 18% e 8% do total de ações, respectivamente.

**Perfil**

O PROBLEMA que mais originou queixas levadas à Justiça em 2016 estava ligado à responsabilização do fornecedor – objeto de 65% dos assuntos dos processos.

A INDENIZAÇÃO por dano moral foi o tipo de providência mais exigido nessas causas, tendo sido o objeto de 67% das demandas.

**Instâncias**

A MAIOR PARTE das demandas na área foram apresentadas em Juizados Especiais (29% dos casos).

A JUSTIÇA COMUM (1º grau) foi acionada em apenas 5% dos processos.

NO TRIBUNAL de Justiça do Espírito Santo, 14% das demandas foram sobre o Direito do Consumidor.

Fonte: CNJ.

# Queixas também chegam ao Procon

Além da Justiça, há consumidores que buscam seus direitos em meios extrajudiciais. No Procon Estadual, por exemplo, as principais demandas estão relacionadas a cartões, bancos, telefonia celular, telefonia fixa e aparelhos de telefone.

A coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci, afirmou que, seja acionando a Justiça ou os Procons, os consumidores estão, de uma forma geral, mais atentos aos seus direitos.

“Hoje, as pessoas têm mais condições de ter as provas para comprovar os problemas e elas têm sido efetivas. Prova disso é a quantidade de consumidores que têm ganhado causas.”

E contrapartida, ela enfatizou que tudo isso faz com que as em-

presas tenham de melhorar sua performance e o relacionamento com o cliente. “Eram questões que as empresas achavam não tão importantes, mas agora estão tendo de repensar”.

Como exemplo de problemas enfrentados pelos consumidores, ela afirmou que na telefonia costumam ser as modificações unilaterais de contrato, aumento de valores sem justificativa e cobranças de serviços que o consumidor não contratou.

Já no segmento financeiro, ela afirmou que o consumidor tem tido problemas com a modificação unilateral de contrato.



**MARIA INÊS** Dolci disse que hoje as pessoas possuem mais condições de terem as provas para comprovar os problemas

ANÁLISE

## “É preciso denunciar sempre e cobrar campanhas do Estado”

“O consumidor é vitimado pela ação predatória e inescrupulosa de fornecedores de bens e serviços, acostumados com a impunidade, especialmente diante de um Judiciário lento, caro e muito confuso.

A vulnerabilidade do consumidor, que desconhece os reais aspectos técnicos envolvidos no fornecimento, é o principal fator que deve justificar uma resposta contundente do Estado, principalmente do Judiciário, a fim de inibir as práticas abusivas. Há, ainda a considerar, a publi-

cidade indutora do consumo e que leva ao superendividamento.

Infelizmente, diante de uma grave violação, os consumidores raramente obtêm dos fornecedores documentos comprobatórios das práticas abusivas, tais como vendas casadas, recusa de fornecimento, negativa de assistência técnica com o produto ainda em garantia, descontinuidade de fornecimento.

Nessas situações, é preciso chamar testemunhas, registrar o fato em vídeo ou em gravações, a fim de

que as autoridades possam impor aos infratores as sanções cabíveis.

É preciso denunciar sempre e não permitir que fornecedores continuem a violar sistematicamente os direitos do consumidor.

Além disso, o consumidor deve cobrar do Estado a realização de campanhas esclarecedoras dos direitos e deveres dos envolvidos nas relações de consumo, como forma de conscientizar os atores dos papéis que devem desempenhar nas relações de consumo.”



**Alexandre José** Guimarães, doutor em Direitos Difusos e Coletivos

**CARTÃO:** 13% dos processos que chegaram à Justiça no País em 2016 são referentes a Direito do Consumidor



LEONARDO BICALHO - 05/08/2016

PDU/JARDIM CAMBURI

# Moradores na Justiça contra prédios altos

Associação do bairro alega que atraso na entrega do PDU faz com que empresas viabilizem construções com mais de 10 andares

Rafael Gomes

Os moradores de Jardim Camburi, em Vitória, estão ameaçando entrar na Justiça contra a construção de prédios com mais de dez andares na região.

Segundo o representante do bairro no Conselho do Plano Diretor Urbano (PDU), Evandro Figueiredo, o atraso na conclusão do novo PDU tem feito as construtoras iniciar obras de edifícios com mais de dez andares, limite imposto pela nova legislação.

“As construtoras estão apresentando projetos agora para fazer va-

ler a lei do atual PDU, que permite 20 andares”, afirmou Evandro Figueiredo, que vai protocolar hoje um pedido para que o Ministério Público acompanhe o caso.

A revisão da lei que determina as regras para o crescimento do município acontece desde 2014 com debates e seminários. A previsão inicial era de que o documento ficasse pronto no fim de 2016, quando o atual PDU completou dez anos.

Evandro Figueiredo reclama que a construção de prédios com mais de dez andares colabora com o crescimento desordenado do bairro.

“A população de Jardim Camburi cresce 8% ao ano e já somos quase 60 mil moradores. A unidade de saúde que temos era para atender uma população de 20 mil. Também temos problema com o saneamento básico, que não comporta mais essa população”, disse.

Para evitar novas construções sem limite de altura, o represen-

tante de Jardim Camburi vai propor que os empreendimentos que apresentaram projetos após janeiro desde ano já sejam obrigados a cumprir a nova lei. Evandro também diz que vai entrar na Justiça caso a prefeitura de Vitória não acate a proposta.

“Vou protocolar amanhã (hoje) um pedido para que o Ministério Público acompanhe e faça uma intervenção. Se a prefeitura ignorar o pedido, vamos entrar com ação na Justiça”, disse.

Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon) no Conselho do PDU, Leandro Lorenzon diz que a nova legislação não está acelerando a apresentação dos projetos pelas construtoras.

“A lei ainda não foi aprovada e não perdemos muito em questão de altura dos prédios. Por isso, não faz sentido a correria do construtor para aprovar a obra antes do novo PDU”, disse Lorenzon.



MORADORES de Jardim Camburi vão acionar o Ministério Público

SAIBA MAIS

## Documento em fase final de leitura

### Plano Diretor Urbano de Vitória

> O PDU é uma lei que define como deve ser o crescimento da cidade. O PDU estabelece os objetivos e as regras para controlar esse processo, definindo as áreas de proteção ambiental, as que podem ser ocupadas por novas construções e os critérios para a instalação de atividades econômicas ou para grandes empreendimentos.

> O PRIMEIRO PDU de Vitória foi instituído em 1984 e periodicamente é atualizado. O último foi feito em 2006.

> A ATUALIZAÇÃO do plano está sendo feita desde 2014, com debates e seminários.

> PARTICIPAM das discussões representantes das oito regiões administrativas de Vitória; do poder público municipal; da câmara dos vereadores; do Instituto Jones dos Santos Neves, de universidades; associações civis, sindicatos e entidades representativas do mercado imobiliário, da construção civil, da indústria, do comércio e prestação de serviços.

> EM JARDIM CAMBURI, ficou definido



PRÉDIOS em Jardim Camburi não podem ter mais de 10 andares

que os novos prédios não podem ter mais de 10 andares no entorno do bairro e precisam ter entre cinco e oito na região central, de acordo com o tamanho da rua.

> O DOCUMENTO está em fase final de

leitura pelo Conselho do PDU.

> A PREVISÃO é de que a lei seja encaminhada para a Câmara dos Vereadores em julho deste ano.

Fonte: Prefeitura de Vitória.

## Regras para construção

A Secretária de Desenvolvimento da Cidade, Lenise Loureiro, acredita que o atraso na entrega do Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória não vai resultar na construção de prédios com altura acima do limite estabelecido em Jardim Camburi.

Isso porque, de acordo com a secretária, uma regra do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), ligado a Força Aérea Brasileira, já tem limitação parecida com a do novo PDU.

“Não vejo esse problema acontecendo, pois temos regras do cone Aeroviário. Em 2015, foram colocadas regras restritas na região de Jardim Camburi, que se aproximam da minuta do novo PDU. Por exemplo, para fazer um prédio na Avenida Norte-Sul, que antes tinha prédios que passavam de dez andares, é preciso da autorização da Cindacta antes de passar pela prefeitura”, disse a secretária da capital.

### FINALIZAÇÃO

De acordo com o Lenise Loureiro, o PDU está em fase final de leitura pelo Conselho e deve ser enviado para a Câmara municipal em julho deste ano.

“Estávamos com a intenção de finalizar a leitura do texto no último dia 10, mas é uma lei muito ampla, então queremos finalizar a leitura amanhã. Faltam poucos pontos”, afirmou.

Após a finalização da leitura, o texto ficará disponível no site da prefeitura de Vitória por 20 dias. A lei poderá receber novas considerações e propostas, que serão debatidas em junho, no Encontro da Cidade, quando os conselheiros votam o texto final.

“O processo de revisão do PDU está sendo muito bom. O prefeito deve enviar o texto para a Câmara no início do segundo semestre. Como já estamos fazendo esse debate há algum tempo, a discussão na câmara deve ser bem rápida”, disse Lenise Loureiro.



ALTURA de prédios no bairro depende do Cindacta, diz Prefeitura de Vitória

### FALA, LEITOR



LYDIA AGUIAR, 50 ANOS, arquiteta.

“Concordo com a limitação, pois temos uma malha viária antiga que não contava com essa população”



LEON MONBRINE, 23 ANOS, universitário.

“A cada ano estamos vendo esse crescimento desordenado que só prejudica o morador que já estava no bairro”



ERICSON NITZ, 39 ANOS, consultor.

“Apesar de Jardim Camburi não ter mais para onde crescer, sou a favor da limitação da altura dos prédios”

## CARIACICA

DIVULGAÇÃO/GOVERNO



Projeto de hospital em Cariacica estava parado devido à decisão judicial

# Juiz recua e libera licitação de hospitais

**Contratação de serviços havia sido negada pela Justiça no início de maio**

▄ NATÁLIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redgazeta.com.br

O juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, Júlio César Costa de Oliveira, recuou ontem e restaurou a validade da licitação aberta pelo governo do Estado para contratar empresa especializada em engenharia para a prestação de serviços de gerenciamento geral, supervisão, coordenação e fiscalização de estudos técnicos, projetos e obras do Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE) e do Hospital Geral de Cariacica (HEGC).

No último dia 4, o magistrado havia atendido a um pedido feito pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia

Consultiva (SINAENCO) para que o certame fosse suspenso. O sindicato alegou que a licitação impedia a participação de consórcio para a obra, o que prejudicaria a concorrência.

Na primeira decisão, o juiz concordou com o Sinaenco e afirmou que, diante da dimensão do contrato (vultuosidade), da complexidade do projeto e da situação do mercado, o governo não poderia restringir os consórcios de participarem.

Mas após argumentação do Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (IOPEs), o juiz manteve a licitação. Ele alegou que o objeto do contrato é somente a prestação de serviço de gerenciamento de obras, não a obra em si. Segundo ele, o governo apresentou documentos que provam que existem empre-

sas no mercado com capacidade técnica para o serviço.

## HOSPITAL

O lançamento do edital de licitação para o início das obras aconteceu no dia 15 de agosto de 2016. A Prefeitura de Cariacica doou o terreno de 35 mil metros quadrados, às margens da rodovia Leste-Oeste. O projeto prevê 400 leitos, sendo 50 Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), 30 semi-intensivos, 10 UTIs Pediátricas, 10 UTIs neonatais, 15 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatais (Ucin), 40 de maternidade, 125 de enfermaria e 120 de retaguarda.

O investimento para a construção é de R\$ 270 milhões. A previsão para início das obras era o primeiro semestre de 2017, com prazo de entrega para segundo semestre de 2019.

## Nova barragem no 2º semestre

▄ Na área de desenvolvimento e sustentabilidade, o Governo vai inaugurar a Barragem de Pinheiros no 2º semestre deste ano, concluir a construção de outras 28 e iniciar a construção de 13.

O Governo também implantará o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (Funpesca). O objetivo é prestar apoio financeiro para o aperfeiçoamento de pescadores

e equipamentos. "O Bandes será o gestor do recurso, ele servirá para reforma de embarcações e terminais pesqueiros", afirma o secretário de Estado da Agricultura, Octaciano Neto.

## **Empresário condenado por sonegação fiscal no ES está proibido de sair do país**

**Roland Feiertag é presidente de uma empresa de mármore localizada em Cachoeiro de Itapemirim. Empresário contestou a medida cautelar e disse que não tem interesse de deixar o Brasil.**

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) obteve medida cautelar que proíbe o empresário Roland Feiertag, presidente de uma empresa de mármore localizada em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do estado, de sair do país sem autorização da Justiça, até o integral cumprimento da pena que cumpre por sonegação fiscal.

Por telefone, o empresário disse que não tem interesse em sair do Brasil.

Roland Feiertag foi condenado em 2015, a uma pena de dois anos de reclusão, convertida em prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período e prestação pecuniária de aproximadamente R\$ 12 mil, além do pagamento de multa cujo valor atualizado é de R\$ 7.741,17.

O empresário, que possui nacionalidade libanesa, requereu a renovação de seu passaporte dias depois de ter dado início ao cumprimento de sua pena, o que, no entendimento do MPF, constitui demonstração concreta de intenção de viagem ao exterior a curto prazo.

As penas aplicadas a Roland estão em fase de cumprimento. Do total de 730 horas de serviços que devem ser prestados à comunidade, ele cumpriu 38h30. Já a pena de multa deverá ser paga em quatro parcelas e, até o momento, só duas foram quitadas.

O MPF entende que uma eventual saída do condenado do país pode comprometer a efetivação do cumprimento da pena, ainda que por período determinado de tempo.

Além disso, o Código de Processo Penal estabelece que a pena restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade) deve ter carga horária semanal mínima, o que não seria atendido caso o empresário saísse do país.

### **Sonegação**

Roland Feiertag é presidente da empresa Braminex Brasileira de Mármore Exportadora S/A, localizada em Cachoeiro de Itapemirim. O empresário foi denunciado pelo MPF-ES e chegou a ser preso em 2007, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Monte Líbano.

De acordo com o MPF, o empresário cometeu crime contra a ordem tributária ao omitir informações relacionadas a Braminex no ato da apresentação da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), nos anos de 2004 e 2005.

Foram ocultadas informações quanto ao imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), programa de integração social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins). A ação criminoso gerou uma dívida tributária de R\$ 104.851,63.

### **Outro lado**

Por telefone, o empresário Roland Feiertag contestou a informação do MPF-ES de que tenha sido preso em 2007 por sonegação fiscal.

Segundo ele, as acusações que o levaram à prisão em 2007 durante a operação Monte Líbano foram de evasão de divisas e corrupção. No entanto, o empresário afirma que foi absolvido dessas acusações em 2010.

Sobre a condenação de 2015 por sonegação fiscal, ele afirma que está cumprindo a pena e que não tem interesse em deixar o país. Feiertag disse ainda que não é libanês e que se naturalizou brasileiro aos 23 anos. A reportagem acionou o MPF-ES sobre as declarações do empresário e aguarda retorno.

## ESCUITA ILEGAL

# Desembargador, jornalistas e políticos grampeados no MT

**Intercepção clandestina também teve como alvo advogados, médicos e servidores públicos**

MATO GROSSO

▲ Cerca de 80 números de telefone foram grampeados pelo núcleo de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso, em um esquema ilegal de espionagem revelado pelo "Fantástico", da TV Globo, no domingo.

Além de políticos e um desembargador aposentado, no alvo dos grampos estavam jornalistas, advogados, médicos, policiais, servidores públicos, assessores parlamentares, empresários, entre outros.

As intercepções clandestinas teriam ocorrido entre outubro de 2014 e agosto de 2015 e tiveram entre os alvos o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso José Ferreira Leite, a



A deputada Janaína Riva, alvo de grampo, disse que vai propor CPI para apurar o caso

deputada estadual Janaína Riva (PMDB), e o vereador Vinicius Hugueney (PP).

O ex-secretário de Segurança Pública Mauro Zaques disse ter entregue ao governador Pedro Taques (PSDB) documentos que comprovavam a existência de "escritório clandestino de espionagem" para que o caso fosse investigado. No entanto,

o governador negou ter recebido essa documentação.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apura, agora, se Taques tinha conhecimento dos grampos, assim como quando esse esquema de escutas clandestinas começou e se ainda continua.

Os telefones do desembargador foram grampea-

dos dentro de uma investigação sobre tráfico de drogas no Estado, com o qual ele não tinha nenhuma relação.

A deputada, que soube do caso pela equipe "Fantástico", informou que vai propor a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para investigar a suspeita de

DIVULGAÇÃO/JARDEL SILVA/ASSESSORIA

## LONGA LISTA

### 80

nomes

É o total de pessoas que foram grampeadas pela PM de Mato Grosso.

"arapongagem" no âmbito do governo do Estado.

Em nota, afirmou ainda que pedirá investigação criminal à PGR e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## JORNALISTAS

Um dos jornalistas que foi grampeado é José Marccondes, que é dono de um site de notícias no Estado. Ele disputou a eleição para o governo estadual em 2014 pelo PHS e teve o atual governador Pedro Taques e outros quatro candidatos como concorrentes.

## REDE GAZETA

Em 2005, a Rede Gazeta também foi alvo de grampo durante as investigações da morte do juiz Alexandre Martins. Um telefone da Rede Gazeta foi relacionado como sendo de uma empresa de fachada ligada aos intermediários do crime e grampeado por 30 dias.

A intercepção foi pedida pela delegada Fabiana Maioral ao então juiz da 4ª Vara Criminal, Sérgio Ricardo de Souza, e depois prorrogada pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa, a pedido dos delegados Danilo Bahiense e Cláudio Victor.

A época, o governo do Estado informou que houve erro de identificação dos números grampeados. O desembargador disse que foi induzido ao erro, pois pensou tratar-se do número de uma empresa de fachada. (Com informações do G1)

## OPERAÇÃO LAVA JATO



# LISTA DE FACHIN: UM MÊS DEPOIS, NADA FEITO NO STJ

Tribunal não deu andamento a investigações que envolvem governadores

▲ KLEBER AMORIM  
kamoreira@redgazeta.com.br

Um mês após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Lava Jato, passar para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a competência para tratar do caso de nove governadores citados na operação, apenas dois chegaram de fato às mãos da instância inferior: os governadores de Minas, Fernando Pimentel (PT), e de Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB); ainda em abril.

Entre os outros sete chefes de Executivo cujos processos ainda não chegaram ao STJ está o governador Paulo Hartung (PMDB). O peemedebista foi citado em delação do ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Barbosa da Silva Júnior, divulgada no dia 11 do mês passado. O capixaba teria recebido, segundo o delator, R\$ 1,080 milhão, pagos em setembro de 2010 e setembro de 2012. Não há, contudo, até este momento, pedido de abertura de inquérito contra Hartung.

"É o que acontece com todos processos do Judiciário. A morosidade é em praticamente todos os atos dele, até no envio dos processos. A lentidão é pública, mas a gente só se dá conta disso quando casos de repercussão surgem", aponta o doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP e professor da FDV, Adriano Sant'Ana Pêra.

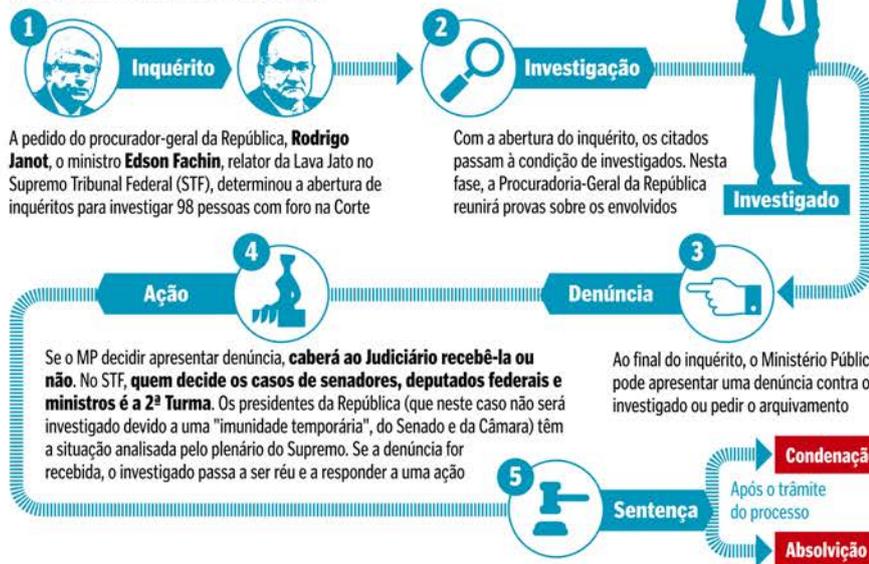
Além de Hartung, os governadores que aguardam a chegada de seus processos no STJ são: Beto Richa (PSDB), do Paraná; Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão; Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo; Luiz Fernando Pezão (PMDB), do Rio de Janeiro; Marconi Perillo (PSDB), de Goiás; e Raimundo Colombo (PSD), de Santa Catarina. As remessas ocorrem

## O QUE VEM A SEGUIR

## O QUE É UM INQUÉRITO?

Inquérito é o nome dado ao conjunto de atos ou providências que têm por objetivo apurar a verdade dos fatos. Ou seja, é uma investigação

## O TRÂMITE DA LISTA DE FACHIN



## OUTRAS INSTÂNCIAS

• Outras **201 petições foram encaminhadas** pelo ministro Fachin a outras instâncias, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais Regionais Federais ou a Justiça Federal de primeiro grau. Isso porque dizem respeito a pessoas que não têm foro no STF

• Nesses casos, **cabará aos juízes** dessas instâncias **decidir** se haverá ou não investigação. A partir daí, segue-se um trâmite similar. Ao final da investigação, pode ou não ser apresentada denúncia, que pode ou não resultar em uma ação

Infografia | Genilto

quando o político não tem foro no STF e não é suspeito de cometer crimes em associação com pessoas que possuem este privilégio. Para os governadores citados, o destino é o STJ.

Também nesses casos, após a abertura de inquéritos, o Ministério Público vai decidir se apresenta denúncia ou não. Caberá ao Judiciário recebê-las ou não. Somente se as pessoas se tornarem réus é que a ação é aberta

e, ao final, pode haver condenação. Ainda haverá a possibilidade de apresentação de recursos. Com os mandatos terminando em 2018 é possível que nem mesmo o STJ julgue os processos dos governadores.

"Pode acontecer que algumas investigações estejam avançadas, tenham mais indícios de irregularidades terminando ainda em 2018. Mas imagina-se que esses processos vão para a

primeira instância, quando os citados não serão mais governadores. É essa demora que acaba gerando a sensação de impunidade", frisa o cientista político e professor da Universidade de Brasília, José Matias-Pereira.

## MAIS DEMORA

Em relação aos que têm foro no STF, como senadores e deputados federais, o ministro Fachin determinou a abertura de inquéritos

contra 96 pessoas, porém o desfecho para os casos pode estar longe do fim.

Investigadores vão coletar provas, ouvir testemunhas e analisar documentos. Pode haver, quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Ao final do inquérito, o Ministério Público Federal vai definir se apresenta ou não denúncia contra os investigados. E caberá ao Supremo receber ou não a denúncia.

Maioria dos casos sem fim no STF

▲ Dados do projeto Supremo em Números mostram que no STF, de 404 ações penais concluídas entre 2011 e março de 2016, 276 (68%) prescreveram ou foram repassadas a instâncias inferiores porque a autoridade deixou o cargo. A condenação ocorreu em apenas 0,74% deles.

## ANÁLISE

"Fazer previsão é arriscado"

▲ O que ocorre é que na Justiça a lentidão é muito grande. O próprio trâmite burocrático de envio do processo de um tribunal ao outro é anormal. Porém, o trâmite depois que ele chegar no STJ é bem mais acelerado do que ocorre no STF. O Supremo, diante do acúmulo de trabalho, não tem vocação para atuar como tribunal penal. São nove inquéritos de governadores que estão sendo transferidos, mas é importante lembrar que cada um tem suas peculiaridades e características diferentes. Nos casos com indícios mais fortes de desvios, estes processos vão andar mais rápido, mas fazer previsão de tempo é arriscado. É interessante lembrar que os governadores têm o fim de seus mandatos até final de 2018, esses processos deverão ir para a primeira instância.

—

JOSÉ MATIAS-PEREIRA  
CIENTISTA POLÍTICO DA UNB